

TERRITÓRIOS DIGITAIS PARA CRIANÇAS NEGRAS¹: Percepções, violências, atravessamentos e possibilidades

DIGITAL TERRITORIES FOR BLACK CHILDREN: Perceptions, Violences, Intersections, and Possibilities

Kennid Teixeira ²
Nealla Valentim Machado³

Resumo: Este artigo analisa as percepções e significações que crianças negras da comunidade Vila São João, periferia de Várzea Grande (MT), produzem ao viverem em território digital. A partir de rodas de conversa realizadas com 40 crianças e adolescentes entre 8 e 14 anos, o estudo focaliza o Instagram como principal espaço de observação, sem desconsiderar outros ambientes digitais habitados pelas infâncias. Metodologicamente, a pesquisa articula a Pesquisa-Ação, como forma de agir e intervir por meio do diálogo coletivo, e a interseccionalidade, como lente analítica para compreender como representações, riscos, discursos e disputas de poder atravessam as infâncias negras nos ambientes digitais, incidindo sobre suas identidades, visões de mundo e desejos. Buscamos, assim, construir estratégias que transformem coletivamente percepções em ações de cuidado, informação e fortalecimento identitário.

Palavras-Chave: Infancias Negras. Inteseccionalidade. Instagram. Pesquisa-Ação

Abstract: This article analyzes the perceptions and meanings produced by Black children from the Vila São João community, located on the outskirts of Várzea Grande (MT), as they experience digital territory. Based on conversation circles conducted with 40 children and adolescents aged 8 to 14, the study focuses on Instagram as the primary field of observation, without disregarding other digital environments inhabited by children. Methodologically, the research articulates Action Research as a way of acting and intervening through collective dialogue, and intersectionality as an analytical lens to understand how representations, risks, discourses, and power disputes shape Black childhoods in digital environments, impacting their identities, worldviews, and desires. Thus, we seek to collectively build strategies that transform perceptions into actions of care, information, and identity strengthening.

Keywords: Black Childhoods; Intersectionality; Instagram; Action Research

1. INTRODUÇÃO

Entender o território digital como espaço social implica reconhecê-lo como extensão das relações históricas que estruturam a sociedade brasileira. O ambiente virtual não se

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Raça e Interseccionalidades 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Kennid Teixeira: Universidade Federal de Mato Grosso, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder (PPGCOM/UFMT), kennidrt@gmail.com

³ Nealla Machado: Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder (PPGCOM/UFMT) Professora do departamento de Comunicação (UFMT) e Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea/PPGECCO, e-mail: nealla.machado@ufmt.br

constitui como espaço neutro ou apartado das desigualdades do mundo físico; ao contrário, nele se atualizam e se reconfiguram lógicas coloniais, racistas, classistas e adultocêntricas que historicamente marcam a presença das crianças no tecido social (Trapp de Queiroz, 2023). No caso das crianças negras, essas dinâmicas ganham contornos específicos, pois seus corpos e subjetividades continuam sendo atravessados por processos de subalternização, controle, apagamento e invisibilização, agora mediados por tecnologias. Entre esses espaços, o Instagram ocupa lugar significativo no cotidiano infantil contemporâneo (Fraga, 2019), funcionando não apenas como plataforma de entretenimento, mas como território onde circulam representações, riscos, discursos, hierarquias, racionalidades comerciais, disputas de poder (Tomaz, 2024) e oportunidades de aprendizados (Sampaio, Ponte, 2017).

Este artigo busca analisar as percepções, significados e atravessamentos que esse grupo de crianças⁴ participantes do CENPRHE⁵ vivência em território digital, tomando o Instagram como principal campo empírico. Metodologicamente, a pesquisa articula a Interseccionalidade e a Pesquisa-Ação, se alinhando às perspectivas da Sociologia da Infância (Sarmiento, 2011), reconhecendo crianças como sujeitas sociais, políticas e produtoras de conhecimento. As rodas de conversa realizadas com meninas e meninos possibilitaram a construção coletiva de sentidos sobre o uso do Instagram, as formas de exposição e utilização, riscos, modos de se ver e ser visto e negociações no ambiente digital.

As desigualdades sociais vivenciadas por pessoas, e neste caso as crianças, moradoras de periferia permanecem em cenários de exclusão que se repetem no Instagram, seja por meio de padrões estéticos embranquecidos, filtros que alteram traços negros para “máscaras brancas” (Fanon, 2020), algoritmos que privilegiam imagens hegemônicas, violências e constrangimentos. Assim, ao pensar o Instagram como território junto às crianças da Vila e suas produções de sentido e percepções no digital, começamos a desenhar caminhos para

⁴ Ao todo 40 crianças contribuíram nesta construção da pesquisa, sendo 36 crianças com idades entre 8 e 12 anos e 4 adolescentes entre 13 e 14 anos completos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), considera-se criança a pessoa com até 12 anos incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Assim, participaram desta pesquisa 36 crianças, com idades entre 8 e 12 anos incompletos, e 4 adolescentes, com 13 e 14 anos completos, em conformidade com os critérios legais estabelecidos pelo Estatuto.

⁵ Iniciado em 2004, pelas Missionárias Maria Tereza Urbano e Maristela Arbués Nery e por um grupo de voluntários, o CENPRHE – Centro de Promoção Humana Emanuel – nasceu para atender crianças e famílias que se encontravam em situação de extrema pobreza e de abandono, na Vila São João, Várzea Grande/MT. Em 2009, para dar respaldo jurídico ao CENPRHE, criou-se a mantenedora: Associação Varzeagrandense Madre Tereza de Calcutá, organização da sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos, com registro no CMDCA e no CMAS, reconhecida com os títulos de Utilidade Pública Municipal e Estadual e Federal, inscrita no CNEAS e com a certificação do CEBAS.

práticas comunicacionais mais éticas, antirracistas e comprometidas com a justiça social (Collins, 2022). Escutar as crianças, nesse contexto, não é apenas uma escolha metodológica, mas um posicionamento político diante de um mundo que historicamente insiste em falar por elas.

2. NOSSO CAMINHO METODOLOGICO

Pesquisa-Ação é uma abordagem metodológica que combina pesquisa científica e intervenção prática coletiva (Thiollent, 2002). Caracterizando-se por ações conjunta entre pesquisador e sujeitos co-participantes; realização de dinâmicas coletivas que possibilitem a construção de referências contínuas com o coletivo; reflexões críticas a respeito da superação de condições e, principalmente, participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo, não se limitando apenas à observação externa dos fenômenos sociais, conforme Craveiro, Toledo e Hucks (2024, p.6). Com os participantes e pesquisadores agindo juntos, busca-se solucionar problemas de uma determinada realidade social, cabendo sua realização em organizações sociais, bairros populares ou comunidades, tendo como fundamento o saber empírico da ação social para o desenvolvimento do conhecimento (Thiollent, 2002, p.24).

Os sentidos produzidos na intervenção precisam ser compreendidos junto de quem vive a realidade, considerando os contextos e histórias de vida de cada envolvido (Rucks, 2025). Partindo desse entendimento desenvolvemos nossas rodas de conversa com os participantes. As rodas de conversa aconteceram no período de julho a setembro de 2025, e foram realizadas na sede do CENPRHE. Ao todo 40 crianças participaram sendo 36 crianças com idades entre 8 e 12 anos e 4 adolescentes entre 13 e 14 anos. As crianças participantes deste estudo são meninas e meninos negros moradores da comunidade Vila São João, em Várzea Grande, Mato Grosso.

Utilizamos neste artigo a interseccionalidade como lente analítica que fornece um caminho possível para tratar problemas sociais específicos (Collins, 2022), partindo do pressuposto de que a discursividade das crianças participantes são inerentemente historicizada e territorializada (Silva Lima, Black e Silva, 2024, p.110). Seguindo o aporte de pensadoras feministas negras, a análise evitou uma simples soma "matemática" de marcadores sociais; em vez disso, buscamos compreender como os marcadores sociais da diferença se configuram e respondem a formas de investigação críticas, na constituição das desigualdades que atravessam as crianças participantes, tanto na comunidade onde vivem, como nas plataformas que acessam,

de modo a utilizar a interseccionalidade como aporte de teoria social e de paradigma em relação ao poder e a desigualdade social (Collins, 2022).

Para iniciarmos as rodas de conversa estabelecemos como perguntas norteadoras como: *Na sua casa têm internet? Você tem celular? Você usa o Instagram? Como utiliza e quem segue? Usa outras redes?* E a partir dessas questões as crianças trouxeram assuntos como os influenciadores “Lucas Neto⁶” e “Virginia⁷”, o uso excessivo de filtros na rede social, inseguranças estéticas, violências digitais, outras formas de utilização da plataforma, como as contas “dix”, “priv”⁸ e as “oportunidades” que a plataforma pode oferecer. As falas dos participantes da pesquisa foram registradas em áudio e complementadas por anotações no diário de campo, com garantia de anonimato. Desde o momento da transcrição dos áudios das rodas de conversa, optamos pela adoção de nomes fictícios para os participantes. Toda a estrutura metodológica proposta neste artigo foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisas envolvendo seres humanos (CEP HUMANIDADES - UFMT) obtendo parecer favorável em 17/03/2025.

3. INTERNET, DESIGUALDADES E ACESSOS: Instagram e presença das crianças

Considerando a internet como um marcador geracional presente na vida dessas crianças desde os primeiros anos, compreendo que o território não se reduz à sua dimensão concreta, assumindo significados distintos em cada formação socioespacial (Silva; Fernandes, 2022, p. 212). Trata-se de um lugar no qual se desenvolvem identidades e circulam poderes que gerenciam subjetividades (Silva; Fernandes, 2022, p. 213) sendo possível compreender o espaço virtual tanto como elemento de coesão social, capaz de fomentar sociabilidade e solidariedade, como potencial fonte ou estímulo para hostilidades, ódios e exclusões (Silva, Fernandes, 2022, p. 212). Refletindo interseccionalmente (Collins, 2022) aos atravessamentos deste território, é importante destacar que a internet brasileira se constitui para crianças de forma hegemônica, desregulamentada e sob a lógica adultizada (Tomás, 2023) como também,

⁶ Lucas Neto é um youtuber, ator, escritor e empresário luso-brasileiro, focado na produção de entretenimento infantil. Ele é conhecido por seus conteúdos audiovisuais que geram bilhões de visualizações e sendo um dos maiores influenciadores do Brasil.

⁷ Virginia Fonseca é influenciadora, empresária e youtuber. Nascida nos Estados Unidos, ela ficou famosa fazendo vídeos para as redes sociais e é considerada uma das maiores influenciadoras do país.

⁸ “Dix” (abreviação de “dixar”, giria para postar em off) são perfis secundários, privados e restritos no Instagram. Criados principalmente por crianças e adolescentes para compartilhar conteúdo íntimo, desabafos e fotos sem filtro apenas com amigos próximos, esses perfis visam escapar da vigilância de familiares e da pressão estética dos “perfis oficiais” do Instagram.

importante destacar que o acesso à internet não é para todos, inúmeras desigualdades permeiam esse acesso e essa permanência (Dino E Costa, 2021).

O território da Vila São João constitui-se historicamente a partir de processos de desigualdade estrutural marcados pela colonização, pelo racismo e pela negligência do Estado, produzindo condições de vida atravessadas pela precarização, pela ausência de políticas públicas efetivas e pela naturalização da vulnerabilidade social. (Teixeira, Machado, 2025). As crianças que habitam esse território vivenciam cotidianamente limitações relacionadas ao acesso a direitos básicos, como lazer, segurança, educação e infraestrutura urbana, além de conviverem com a presença constante da violência, do tráfico, da atuação policial seletiva e de instituições religiosas que também disputam sentidos e modos de existir no território (Teixeira, Machado, 2025 p.12).

Contudo, tais desigualdades não se encerram no território físico, mas se estendem ao território digital. O acesso precário à internet por meio de conexões instáveis, os pacotes de dados limitados, a falta de recursos para adesão de um plano satisfatório de internet, o uso compartilhado de dispositivos e a ausência de políticas públicas eficazes de inclusão digital, configuram um cenário no qual o uso da internet se dá de forma restrita, fragmentada e desigual (De Moraes, 2020), impactando diretamente a forma como essas crianças se apropriam das plataformas, condicionando seus modos de participação, visibilidade e produção de sentidos. Desigualdades on-line podem reforçar outras desigualdades, na medida que os benefícios tangíveis decorrentes da utilização da rede são apropriados de maneira desigual (Senne, 2020 p. 4).

No Brasil, a pesquisa TIC Domicílios⁹ constitui a principal fonte de dados sobre o acesso e o uso da internet no país, e os dados referentes ao ano de 2025 evidenciam profundas desigualdades no acesso ao território digital, oferecendo um panorama que dialoga diretamente com este estudo. Segundo o relatório, cerca de 20 milhões de pessoas no Brasil não possuem acesso à internet; em sua maioria, pertencem a regiões urbanas periféricas e se autodeclaram pretas e pardas. O levantamento ainda aponta que 73% da população preta no país acessa a internet exclusivamente pelo celular, enquanto pessoas brancas tendem a acessar a rede por múltiplos dispositivos. As crianças da Vila frequentemente dividem um único aparelho com os demais familiares e acessam a internet de forma bastante precarizada. Em muitos casos,

⁹ Indicadores das desigualdades na TIC DOMICÍLIOS: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>

dependem do compartilhamento de *wi-fi* por terceiros para permanecerem online ou recorrem a um método bastante conhecido na Vila, o “RobaWifi”¹⁰.

O Instagram é um aplicativo de rede social para o compartilhamento de imagens (fotos e vídeos), no qual podemos ter um perfil, amigos, seguidores, além de constituir um “álbum” de imagens digitais com todos os conteúdos compartilhados (Fraga, 2019 p.32) com a possibilidade de seguir, curtir, compartilhar e interagir com outros conteúdos, podendo, ao criar a conta, escolher entre ter um perfil público ou privado. Em 2025, o Instagram foi a terceira rede social mais usada no Brasil, com 134,6 milhões de usuários, ficando atrás do WhatsApp (169 milhões) e do YouTube (144 milhões)¹¹. Os *reels*¹² conseguiram manter o forte engajamento da plataforma, atraindo cada vez mais usuários.

Segundo a Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital), a idade mínima para utilização do Instagram no Brasil é de 16 anos. De acordo com o que se têm estabelecido, as contas criadas por e para adolescentes acima de 16 anos deveriam ser vinculadas a um responsável legal, com ferramentas de controle que permitam limitar o tempo de uso, restringir contatos e aprovar compras em aplicativos e jogos. A medida surge após as denúncias do influenciador Felca¹³, em 10 de agosto de 2025 abordando a “adultização” e a exploração de crianças e adolescentes na internet. Durante a pesquisa ficou evidente que o que está previsto pelo ECA Digital não se cumpre na prática, uma vez que crianças entre 7 e 13 anos relataram presença na plataforma, consumindo e produzindo conteúdo. As crianças relataram que muitas vezes essa entrada na plataforma acontece por meio de contas criadas por seus pais e, gradativamente, passam a transformá-las em contas pessoais, à medida que descobrem os caminhos para modificar fotos de perfil e o *username*¹⁴ na plataforma.

¹⁰ Termo utilizado pelas crianças para designar práticas informais de acesso à internet por meio do compartilhamento coletivo de senhas, da circulação não autorizada de códigos de redes privadas ou da utilização de sinais disponibilizados por estabelecimentos comerciais da comunidade, como bares e mercearias. A expressão revela estratégias cotidianas de enfrentamento às desigualdades digitais, evidenciando formas criativas de inserção no território on-line diante da limitação de acesso regular e individualizado à internet.

¹¹ <https://www.zoho.com/blog/pt-br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-brasil.html>

¹² Reels do Instagram – Ferramenta da plataforma Instagram que possibilita a criação e o compartilhamento de vídeos curtos em formato vertical, organizados por recomendação algorítmica e voltados à ampla circulação e engajamento.

¹³ Felca – Nome artístico de Felipe Bressanim Pereira, influenciador digital e YouTuber brasileiro que ganhou notoriedade por vídeos de humor e críticas à cultura da internet.

¹⁴ ¹⁴ Username – Termo em inglês que significa “nome de usuário”. Refere-se à identificação única escolhida por uma pessoa em uma plataforma digital para representá-la publicamente, funcionando como marcador de presença, reconhecimento e circulação no ambiente on-line.

Uma participante comentou que sua mãe “colocou o Instagram no celular” quando ela ganhou o aparelho, outra comentou que “já tinha o Insta no celular” quando “passaram” o celular para ela. Algumas crianças acessam a plataforma por meio da conta de seus pais, movimento que também percebemos quando o Instagram da organização recebe mensagens de perfis de pais como: “oi cenprhe sou eu aluna fulana”.

Tomaz (2024) demonstra que a presença de crianças e adolescentes nas plataformas não é apenas tolerada, mas estrategicamente incorporada aos modelos de crescimento, valorização de mercado e governança digital, uma vez que a circulação de conteúdos produzidos por sujeitos jovens impulsiona engajamento, visibilidade e valor econômico. As políticas de segurança analisadas por Tomaz (2024) operam menos como garantias plenas de proteção e mais como dispositivos de regulação das sociabilidades infantojuvenis, delimitando quais formas de expressão são aceitáveis e quais devem ser contidas, ao mesmo tempo em que preservam a lógica de produção contínua de conteúdos e dados (Tomaz, 2024 p.11).

Essa racionalidade permite compreender o funcionamento do Instagram, onde a imagem das crianças frequentemente se converte em ativo econômico, seja por meio da monetização direta, da ampliação de alcance ou da coleta de dados, muitas vezes em detrimento da privacidade, autonomia e direito à proteção integral dessas crianças, uma vez que mesmo nas diretrizes da plataforma não sendo permitido crianças e adolescentes, elas ainda conseguem estar on-line de múltiplas formas. Mesmo diante de todas as desigualdades e tensões aqui expostas, as crianças da Vila estão on-line, e suas produções de sentidos no território digital constituem o coração deste estudo.

4. INFÂNCIAS NEGRAS ONLINE: Violências e invisibilidades

Podemos estabelecer então que as infâncias contemporâneas são atravessadas pela cultura digital, uma vez que as mais diversas experiências de vida, na atualidade, são midiaticizadas, atuando como instância fundamental na produção de subjetividades e saberes sobre as crianças (Tomás, 2023). Desta maneira é possível afirmar que as culturas infantis se constroem em diálogo ativo com conteúdos, linguagens e lógicas das plataformas digitais, onde crianças atuam como atores sociais que negociam sentidos a partir do que lhes é ofertado (Tomaz, 2016). Portanto é preciso reconhecer que as experiências infantis no digital, são atravessadas por intersecções de raça, classe, gênero e território que definem diferentes regimes de visibilidade e circulação (Collins, 2022). Tratando-se, portanto, de um campo de disputas,

no qual as imagens produzidas pela mídia, as racionalidades das plataformas e as próprias condições de acesso contribuem para a reprodução de estereótipos, atualização de desigualdades e, em alguns casos, a ampliação de disparidades históricas.

Nesse sentido, iniciamos o diálogo com enfoque na utilização do Instagram, buscando compreender, inicialmente, se as crianças participantes utilizam a rede social e se possuem perfil ativo. Das 40 crianças participantes, 25 utilizam o Instagram e 15 não utilizam a plataforma; ainda assim, todas participaram das rodas de conversa e compartilharam suas experiências em outros espaços online, o que se revelou especialmente significativo.

As crianças que se dispuseram a falar evidenciaram que utilizam o Instagram para seguir influenciadores, interagir com amigos da escola e da comunidade, além de assistir a vídeos de comédia, “trollagens”, “pegadinhas” e manobras de motos. Também relataram produzir conteúdos dançando, “stalkear”¹⁵ outros perfis, utilizar filtros e possuir mais de uma conta na rede social.

Em um recorte de gênero, em um dos primeiros diálogos, orientado pela pergunta “*Você usa Instagram?*”, as meninas relataram experiências marcadas por violências, assédios e medo no Instagram. O receio aparece, sobretudo, em relação a homens mais velhos que circulam nesses espaços e que, segundo os relatos, as cercam e cometem crimes:

Pergunta: Você tem Instagram?

Paula: Não, porque, por conta de segurança. Tinham homens assim mandando “fotos” sabe? Você entendeu, né? Ai meu pai falou que eu não poderia mais ter. Só posso o tik tok.

Vivian: “Uma vez um homem desconhecido me enviou um reels lá, nada haver, eu dei block e nem fiz questão de ver. Já teve alguns que perguntou se eu era casada ou namorava...”

Nina: “por isso minha mãe não me deixa ter Instagram, ela fala que é perigoso algum idoso vir falar comigo, aí ela não deixa

Laila: Sim, do nada o homem manda foto “das coisas lá” e eu achei que ele estava me confundindo com outras coisas, minha mãe viu e disse que eu não poderia mais ter tik tok.

As falas das participantes evidenciam que não há segurança para as meninas negras periféricas nem em território físico, nem em território digital. Os dados do Boletim Epidemiológico¹⁶ (Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil,

¹⁵ O consumo no Instagram de vídeos de “trollagens” (provocações, pegadinhas ou discursos intencionalmente irritantes), “pegadinhas” (situações encenadas de humor), a postagem de vídeos de dança e o ato de “stalkear” (acompanhar ou vigiar perfis de outros usuários).

¹⁶ <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>

2015 a 2021) revelam que 49.2% das crianças abusadas no Brasil são meninas pretas e pardas e pertencentes a classes mais baixas, a maioria dos agressores são homens. Segundo Gonzales (2020) o sexismo vai produzir efeitos muito violentos sobre as mulheres (e meninas) negras, então é fundamental entender esse fenômeno a partir da interpelação entre o racismo e sexismo. Gonzalez (2020) remete a categoria de *Infans*, para as mulheres negras, que são classificadas por um sistema de dominação que as infantiliza e as domina, mesmo quando adultas. Neste caso, percebemos uma adultização (Tomás, 2023) dessas meninas para a violência e a exploração sexual, mas que continua negando o direito a ser sujeitas do próprio discurso e suprime suas humanidades (Gonzalez, 2020). As estruturas da desigualdade social se mantêm muito bem articuladas, onde independentemente da idade, as mulheres e meninas negras estão sujeitas a violência sexual e a exploração de seus corpos. E a plataforma aparece como um meio de repetição e reverberação das estruturas de poder, sendo impossível dissociá-la das interseções que comportam esse repertório de opressões.

Um exemplo evidente desse cenário são os relatos das participantes Laila e Paula que, após sofrerem assédio virtual, afirmaram: *“Tinham homens assim mandando ‘fotos’, sabe? Você entendeu, né? Aí meu pai falou que eu não poderia mais ter”* e *“minha mãe viu e disse que eu não poderia mais ter TikTok”*.

Essas falas demonstram que as crianças acabam sendo penalizadas pelo próprio abuso que sofrem nas redes sociais. Desse modo, quando um adulto comete um crime ao enviar conteúdo impróprio ou assediá-las verbalmente, a lógica da punição recai sobre a criança, que perde o acesso à plataforma, evidenciando um processo de culpabilização das meninas negras, em vez da construção de uma estratégia de proteção efetiva e dialogada com elas.

Em roda de conversa com a turma na faixa etária entre 8 e 10 anos, dialogamos sobre suas rotinas no Instagram, nas quais as crianças relataram gravar vídeos dançando, interagir com seus seguidores, anunciar lançamentos de novos conteúdos e reproduzir práticas inspiradas em influenciadores digitais conhecidos.

Denise: Eu mexo, falo com as minhas amigas e sigo minhas amigas. Posto porque, eu gravo vídeo para a internet e para o Instagram.

Pergunta: E que tipo de vídeo você gosta de gravar? Dançando, falando se maquiando?

Denise: Esses três!

(Pergunto como é a comunicação dela com seus seguidores)

Denise: Eu falo algumas coisas... que eu vou fazer e lançar os vídeos.

Mariete: Eu gosto de ficar vendo as meninas maquiadas, porque eu não sei maquiagem muito pra eu tentar copiar delas, eu tento ficar bonita.

A partir das contribuições, podemos analisar que as participantes expressam seguir a lógica do Instagram, postam, compartilham e interagem diariamente. Estão nesses espaços criando, influenciando e sendo influenciadas, buscando, de certo modo serem “reconhecidas”, uma vez que neste universo online existem outras pessoas famosas e de influência que são “copiadas” pelas crianças, essas questões da “imitação” e “desejo de fama” estão explícitas na fala sobre produção e lançamentos de vídeos novos. Desta forma, percebe-se uma busca por ser também um “influenciador” digital, mesmo que isso seja muito difícil, sabemos que influenciadores digitais infantis são uma realidade: crianças com grande base de seguidores, capazes de influenciar o comportamento e as escolhas de outras crianças e adolescentes (Vieira, 2023, p. 37), envolvidas em um universo de monetização, críticas, exposição, controle e exploração. No entanto, os participantes não relataram seguir ou consumir conteúdos de influencers mirins, apenas demonstram o desejo de serem reconhecidos nas redes sociais.

Ao comentarem sobre os *influencers* digitais que elas preferem seguir, as crianças citaram nomes como Hytalo Santos¹⁷, Virgínia¹⁸, ThaBeauty¹⁹, Taspio²⁰, Emily Vick²¹, Turma do Tutu²², entre outros. Sobre Virgínia Fonseca, influencer bastante citada, algumas crianças expressaram gostar mais de suas filhas. Porém, a participante Nanda evidenciou:

Pergunta: E no Instagram têm algum famoso que você segue? Quem?

Nanda: Felipe Neto e Virgínia.

Pergunta: O que você mais gosta de Virgínia, por exemplo?

Nanda: Das filhas dela. Da barriga dela, do jeito que ela anda, das roupas, eu acho ela bonita.

O comentário revela muito mais do que uma simples admiração por uma influenciadora, expõe também como as imagens e narrativas hegemônicas circulam na internet (Parra, Souza,

¹⁷ Hytalo Santos é um influenciador digital paraibano, criador da “Turma do Hytalo”, que ganhou notoriedade com vídeos de dança e ostentação. Em agosto de 2025, teve prisão decretada e responde a investigações pelos crimes de adultização infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico humano.

¹⁸ Virgínia Fonseca é influenciadora digital e empresária brasileira, conhecida por conteúdos de maternidade, moda e lifestyle, com milhões de seguidores no Instagram e fundadora da marca de cosméticos WePink.

¹⁹ ThaBeauty é marca de cosméticos criada pela influenciadora Thais Nunes Linares, conhecida por seu foco em maquiagem e comunicação voltada ao público adolescente/jovem.

²⁰ Taspio é influenciador digital brasileiro, criador da “Turma do Taspio”, conhecido por vídeos sobre relacionamentos adolescentes. Em 2025, seu canal foi removido por exposição inadequada de menores.

²¹ Emily Vick é influenciadora digital brasileira, líder da Família dos Rosa, produz conteúdos como vlogs, desafios e danças voltados ao público infanto-juvenil, e é uma das maiores youtubers femininas do país.

²² Turma do Tutu é um grupo de influenciadores digitais brasileiros, liderado por Arthur Souza. O grupo é conhecido por vídeos de dança, vlogs e dinâmicas familiares, voltados principalmente para o público infantojuvenil. O conteúdo é compartilhado em plataformas como YouTube, Instagram e TikTok.

2024) e moldam as referências de beleza e sucesso para meninas negras periféricas. A figura de Virginia, mulher branca, rica, magra, com filhas brancas e visibilidade massiva nas redes sociais, carrega consigo um conjunto de marcadores sociais que operam como padrão de desejo e pertencimento, reforçando um ideal distante da realidade corporal e material da participante. Quando a criança elogia “a barriga dela” e “o jeito que ela anda”, evidencia-se a força simbólica desses padrões (Hall, 2016) que atravessam a construção da autoimagem e influenciam a forma como meninas negras se percebem e projetam sua identidade (Gonzalez, 2022).

Em outro momento, uma participante de 8 anos falou sobre a utilização de filtros que modificam a cor de sua pele:

Mariete: Eu gosto bastante de gravar vídeos no Instagram e eu gosto de colocar bastante efeito. Uso muito, bastante efeito. para os outros não saber que eu sou bastante (...) assim, bastante assim... eu gosto de usar bastante filtro.

Pergunta : Bastante efeito no rosto? Têm algum que você gosta mais? De algum que deixa o olho puxado ou o cabelo colorido?

Mariete: Eu gosto de um que muda a cor da minha pele e tipo têm uma florzinha aqui no cabelo.

Pergunta : Ele deixa sua pele mais clara?

Mariete concorda..

A pressão estética sentida e vivida por crianças e adolescentes presentes nessas plataformas, evidenciada principalmente nas contas principais e públicas, pode levar à distorção da percepção de si e à pressão por uma identidade que atenda às expectativas propagadas online (Fonseca, 2018). Tais expectativas estão estruturadas na ideologia do branqueamento (Tomás, 2023), que perpetua uma visão estereotipada e limitada de beleza, excluindo e marginalizando pessoas de diferentes raças e etnias (Tomás, 2023, p. 37), além de provocar rejeição e ódio em relação aos próprios traços. Esse relato também remonta a ideia de “máscaras brancas” de Fanon (2020), onde o autor vai descrever que a percepção das pessoas brancas como marcadas por um profundo temor em relação aos negros. Segundo Fanon (2020), por mais elevado que seja o nível intelectual da pessoa negra, os brancos insistem em impor-lhe um sentimento de inferioridade. Essa lógica opera como um mecanismo de controle, mantendo assim as pessoas negras na posição de subalternidade, e desta maneira, os negros são impelidos a se aproximar da figura do colonizador. A “máscara branca”, filtro do Instagram, que está sendo literalmente usada por Mariete representa o esforço constante de adaptação, a

negação de si mesma enquanto pessoa, e a tentativa de assimilação forçada à cultura e aos padrões brancos colonizadores (Fanon, 2020).

A criação de alguns filtros no Instagram não leva em consideração os traços fenotípicos das pessoas negras, modificando radicalmente essas características para torná-las mais próximas dos traços das pessoas brancas. Essas modificações incluem o afinamento do nariz, alteração da cor da pele e mudança da cor dos olhos para tons de verde ou azul. (Tomás, 2023, p. 36)

A pressão estética sentida e vivida por crianças e adolescentes presentes nessas plataformas, evidenciada principalmente nas contas principais e públicas, pode levar à distorção da percepção de si e à pressão por uma identidade que atenda às expectativas propagadas online (Fonseca, 2018). Tais expectativas estão estruturadas na ideologia do branqueamento (Tomás, 2023), que perpetua uma visão estereotipada e limitada de beleza, excluindo e marginalizando pessoas de diferentes raças e etnias (Tomás, 2023, p. 37), além de provocar rejeição e ódio em relação aos próprios traços (Fanon, 2020).

Pergunta: Você posta fotos no Instagram?

Laila: Não, porque eu odeio o meu nariz, sério, mano... eu odeio o meu nariz. Eu não posto foto na principal, eu não me sinto segura.

Pergunta: E no privado?

Laila: Cara, eu faço um monte de coisas, posto fotos, me sinto mais segura.

Outro diálogo nesse mesmo sentido na roda de conversa:

Allan: Eu não coloco foto da minha cara lá porque o povo fica zoando

Pergunta: Zoando como?

Allan: Meu rosto, meu nariz, minha boca, aí tiram print e mandam nos grupos do zap

Paula: Verdade, já zoaram meu cabelo também, aí eu posto foto do Naruto no perfil ou posto foto minha tampando o rosto

Assim, podemos perceber que as crianças negras são atingidas por opressões de formas múltiplas em ambos os territórios, o físico e o digital. O ódio racial direcionado a si mesmos, percebido nessas falas, coincide com o que Hall (2016) aborda sobre o processo de racialização e estereotipização dos negros. A “diferença” racial era estabelecida por meio do fenótipo e concretizada, na cultura, através da representação de negros pela mídia como os “outros”, os “diferentes”, consolidando, assim, a construção de estereótipos (Hall, 2016). Estereótipos esses que continuam reduzindo, exagerando e fixando as diferenças (Hall, 2016) através das redes sociais.

Outro ponto preocupante é a pressão que as crianças e adolescentes podem sentir para se vestir, falar e se comportar como adultos, comprometendo seu processo de construção saudável de percepções, autoestima e identidade (Lima, 2025). Muitos conteúdos nesses territórios digitais que as crianças habitam são inapropriados, principalmente em relação ao consumo de cenas de violência, abusos, exploração sexual, desinformações ou distorções, jogos provocativos ou desafiadores que podem ser inclusive fatais (Eisenstein, 2023). Estudos sobre a exposição de crianças a conteúdos “adultizados”, evidenciam que as plataformas de mídia social criam um ambiente de risco permanente, em que algoritmos privilegiam conteúdos “adultizados” por gerarem maior engajamento (Lima, 2025)

Nesse processo, meninas e meninos, especialmente aqueles atravessados por marcadores como raça, classe e gênero, tornam-se ainda mais vulneráveis à ação de criminosos, pois vivem em contextos nos quais há pouca informação e orientação sobre os riscos associados ao consumo desses perfis e canais, além de não contarem, muitas vezes, com supervisão parental em relação às entregas algorítmicas (Máximo, 2017). Tal cenário evidencia como as tecnologias digitais reproduzem e potencializam desigualdades estruturais. As crianças participantes relataram o consumo de perfis nos quais influencers mirins e adolescentes brigam, namoram, sentam-se no colo uns dos outros e reproduzem práticas de adultização.

Yudi: “Assisto a tropa do Taspio, é uma tropa de crianças que namoram, têm brigas, se jogam na piscina...”

Luzia: “Mas tipo assim a tropa do Taspio é melhor que a tropa do Tutu, porque a tropa do Tutu, as meninas sentam no colo dos guris, meninas de 9 anos... sentam no colo, beijam na boca...”

Ao procurar pelos conteúdos no canal “Turma do Tutu” foram encontrados vídeos com milhões de visualizações onde um homem adulto filma e narra a participação de crianças em dinâmicas que reproduzem o formato de “*reality show*”. As crianças são pedidas em namoro, dormem juntas e não raramente, as meninas se envolvem em discussões acaloradas e até agressivas. Assim como no canal e perfil “Taspio” onde um outro homem adulto filma meninas, muitas vezes de biquíni e shorts curtos disputando um menino popular no canal, sendo pedidas em “namoro” ou participando de *trends* de casais no Instagram.

Essas dinâmicas, na qual milhões de crianças estão inseridas, visto o alcance e números de visualizações dos canais e perfis, são problemáticas porque atravessam de forma direta o processo de formação delas, influenciando suas referências e expectativas sobre si mesmas e sobre o mundo.

5. INFÂNCIAS NEGRAS ONLINE: Negociações, desejos e disputas

Nas contribuições trazidas pelas participantes durante as rodas de conversa, fica evidente que suas experiências não se limitam ao consumo, mas envolvem também modos de interação, expressão e aprendizagem, conforme Sampaio e Ponte (2017). Mesmo com todas as problemáticas e violências apresentadas, as crianças ainda querem estar nas redes sociais, e utilizam de estratégias para isso. Para além das contas principais, durante as entrevistas as crianças comentaram sobre a existência de contas secundárias, denominadas por elas como “priv., cf, dix, pvd”. Trata-se de contas supersecretas, individuais ou compartilhadas com amigos, nas quais postam conteúdos mais íntimos.

Pergunta: Você usa Instagram?

Mariah: Sim, dois. A principal eu uso pra postar fotos e vídeos dançando. Fotos mais bonitas e a secundária que é meu privado eu uso pra postar coisas para pessoas mais intimas. Tipo vídeos aleatórios, indiretas também, fotos zoadas...

Pergunta: E você se sente mais confortável neste privado?

Mariah: No privado sim, no principal eu só posto foto low profile. Só pra dizer que eu tenho aquela conta ali e as pessoas seguem, mas meu perfil principal é esse só com os mais próximos mesmo.

Amanda: Eu tinha 4 perfis

Outra participante diz que conheceu duas contas de Amanda, a principal e outra “super secreta”.

Pergunta: Então têm a publica, têm a privada e têm a hiper privada?

Amanda: Eu tinha uma conta com ela (aponta para outra participante), uma conta com a Bella, uma conta com a Maju... Eu tenho meu CF e tinha minha conta principal.

Pergunta: Então têm esse movimento de fazer contas com amigos?

Arminda: Sim e aí as duas têm senha.

Esse movimento online demarca novas formas de expressar identidade no Instagram entre crianças e adolescentes (Motta, 2025), além de evidenciar que crianças estão em territórios não apenas assimilando, mas produzindo “Cultura de Pares”, (Máximo, 2017). Para além de compartilharem a conta, é perceptível que existe uma negociação entre as meninas para decidir se a foto será postada, o que revela uma prática de curadoria feita coletivamente (Máximo, 2017 p. 102). A cultura de pares refere-se a um conjunto de rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e compartilham em interação com seus semelhantes (Máximo, 2017). O termo “pares” designa grupos de crianças que convivem regularmente, como na escola, comunidade e no CENPRHE.

De acordo com a perspectiva de Máximo (2017), a prática de utilizar contas privadas reflete mais o desejo de conquistar privacidade diante da vigilância daqueles que detêm autoridade sobre elas, como os pais, do que uma medida consciente de proteção frente aos perigos desse território. Assim, a privacidade passa a ser gerenciada por meio de estratégias de ocultamento (Máximo, 2017), como apagar mensagens e/ou compartilhar contas com amigos para evitar o controle parental, especialmente em contextos de uso compartilhado de dispositivos móveis. Os achados de Máximo (2017) sugerem que a mediação parental, em contextos de periferia, quando se têm, é predominantemente restritiva, centrada em proibições e no controle do tempo de uso, sendo raramente ativa ou orientativa.

É importante trazer para essa discussão as oportunidades de aprendizados, de referência negras e de construção cultural que as crianças vivenciam no território online. Durante nossos diálogos, algumas participantes trouxeram que seguem pessoas que de certa forma possuem trajetórias parecidas com a realidade vivida e percebida na comunidade, participantes comentaram seguir e se inspirar na influenciadora Bianca Ben²³, mulher negra, mãe solo com marido morto a tiros:

Pergunta: Qual a pessoa mais famosa que você segue?

Mariah: É a Bia Bem, a mãe do Benzinho. Uma mulher negra que têm um filho negro e têm um esposo falecido. Ele foi morto a tiros. E aí ela vem criando o filho dela e mostrando na internet.

Lana: Ela é negra, ela tem o cabelo black e é perfeita. Linda!

Além disso, as participantes evidenciaram inspirar-se em uma influencer que expressa empoderamento negro nas redes, especialmente no estilo e, sobretudo, no cabelo, as tranças e laces.

Pergunta: E quando você vê, por exemplo, a Bia Ben você se inspira nela de alguma forma?

Mariah: Nas tranças dela. As tranças que ela faz, eu vou tiro print e no outro dia faço igual

As participantes também comentaram sobre artistas femininas negras do *rap*, *trap* e *funk* nacional, como AJULICOSTA²⁴ e Duquesa²⁵, que, nas palavras de Mariah, “as meninas que eu escuto não, elas não sofrem por macho não. Elas estão preocupadas em fazer o dinheiro delas”.

²³ <https://www.instagram.com/biabem/?hl=pt>

²⁴ AJULICOSTA – Nome artístico de Júlia Costa, rapper e compositora brasileira que ganhou destaque no cenário do hip-hop por sua trajetória nas batalhas de rima e por músicas que dialogam com identidade, periferia e protagonismo feminino, ampliando a visibilidade de mulheres no rap nacional.

²⁵ Duquesa – Rapper, cantora e compositora brasileira que se destaca no cenário do rap e do trap nacional por letras que abordam autoestima, vivências periféricas, identidade negra e protagonismo feminino, consolidando-se como uma das vozes femininas em ascensão no hip-hop brasileiro.

Tal afirmação demarca que, apesar de todas as problemáticas, há conteúdos inspiradores para crianças e adolescentes negras. Algumas demonstraram buscar esses conteúdos, especialmente referências estéticas relacionadas ao cabelo e ao estilo, que atuam como importantes ferramentas na manutenção da autoestima negra (SOUSA, 2021). A preocupação em "*fazer o dinheiro delas*" ressoa com a trajetória de artistas mulheres negras, que utiliza sua marca em suas letras para "*formar mulheres espertas que sabem como movimentar esse jogo*" conforme trecho de AJULIACOSTA, opondo-se à lógica patriarcal e indo de encontro a ideia de amefricanidade de Gonzalez (2022) e por um feminismo afro-latino-americano (Gonzalez, 2022) que inclua todas as mulheres e meninas, construindo suas identidades por meio de influências que afrontam a lógica hegemônica de ser, pensar e vestir, como também afronta imagens de controle (Collins, 2022), que historicamente tentam aprisionar mulheres negras em papéis de submissão e/ou objetificação.

6. POSSIBILIDADES EM MOVIMENTO: CAMINHOS ABERTOS PELAS CRIANÇAS

Essa investigação sobre os territórios digitais habitados por crianças negras da Vila São João revela que o ambiente virtual está longe de ser um espaço de neutralidade ou de democratização irrestrita. Ao contrário, o que se evidenciou é a atualização de lógicas coloniais, racistas e sexistas que reconfiguram as desigualdades do mundo físico no ambiente do Instagram e outras plataformas. A lente interseccional permitiu enxergar que essas crianças não apenas enfrentam a precariedade do acesso, mas são submetidas a violências simbólicas e diretas, desde a pressão estética que impõe "máscaras brancas" via filtros, até o assédio sexual cometido por presenças criminosas neste espaço e a adultização precoce promovida por canais/perfis e impulsionadas por algoritmos.

Ficou demonstrado que a falta de informação e de letramento digital crítico constitui uma vulnerabilidade adicional. Atualmente, a mediação parental nas periferias tende a ser restritiva e punitiva: crianças que sofrem abusos online e acabam penalizadas com a perda do acesso, em um processo de culpabilização da vítima que ignora a necessidade de proteção e diálogo. Há um abismo geracional informacional fortalecido por desigualdades que deixa famílias e crianças desarmadas diante de criminosos e de estratégias algorítmicas de exploração. Informação é uma urgência.

Nesse cenário de opressões múltiplas, a criação da Comissão Infantil de Comunicação do CENPRHE emerge não apenas como um desdobramento metodológico da Pesquisa-Ação, mas como uma matriz de resistência política e informativa. Fundada por nós, em setembro de 2025, a Comissão, constitui-se como um espaço grupo, onde conseguimos dialogar coletivamente sobre as diversas questões que atravessam o território digital, sem desconsiderar o território físico, pois a comunidade onde vivemos, marcada pela condição periférica, nos atravessa em cada esquina e em cada experiência cotidiana. É um espaço gerador de conversas, reflexões e inúmeras ideias, sugerido por um participante durante nossos momentos de produção de dados, com a tranquilidade de quem têm poder de transformação.

Após reflexões e entendimentos coletivos realizados durante os encontros da Comissão, as primeiras ações desenvolvidas pelos participantes foram campanhas contra o racismo, entrevista sobre identidade negra²⁶ e a realização de uma palestra para todas as outras crianças participantes do CENPRHE e moradoras da Vila sobre os “Tipos de Violência”²⁷ a qual crianças e adolescentes podem ser expostos, abordando e alertando seus pares sobre violências verbais, sexuais, psicológicas e principalmente virtuais.

O foco dos encontros de 2026 são os riscos do ambiente online, os perigos associados às contas supersecretas, o funcionamento das redes sociais, a identificação de perfis falsos e de desinformação, bem como a compreensão de como criminosos adultos e jovens podem estar atuando nesses espaços. Buscamos, por meio das ações da Comissão, desafiar a lógica das plataformas ao fomentar um pensamento crítico que questiona os padrões de beleza hegemônicos e as dinâmicas de adultização, fortalecendo a identidade racializada através de referências positivas e de autocuidado. As oportunidades são inúmeras.

Esse trabalho das oficinas, palestras e rodas de conversas também é pensado para ser estendido às famílias, pois, se não há conhecimento, é tempo de conhecer, compreender e atualizar-se, pois a partir dessa construção epistêmica coletiva, tornou-se evidente a urgência de tratar as questões relativas às vivências e socialidades online das crianças de forma aberta e informativa, reconhecendo que crianças, adolescentes e todos nós estamos inseridos nesse vasto território digital, convivendo e interagindo, e temos que agir em busca da participação informativa e, ao menos atenta, de todos nesse espaço, evitando maiores desgastes.

²⁶ Confira o bate papo desenvolvido pela Comissão Infantil de Comunicação:

<https://www.instagram.com/reel/DOb6DMGj9sJ/?igsh=MWNiZmFqNTB5b3FhMA==>

²⁷ Confira essa importante ação da Comissão Infantil de Comunicação:

https://www.instagram.com/p/DRKTu1MDdWz/?img_index=1&igsh=MThwbTZoZnJvY3Jyeg%3D%3D

Com a missão de atuar contra a invisibilidade e o silenciamento historicamente impostos às infâncias negras, a Comissão se posiciona como um espaço onde o saber das crianças se transforma em consciência crítica. Sua potência reside na capacidade captar e de irradiar informações de par para par, utilizando a própria "cultura de pares", antes voltada apenas ao ocultamento e à privacidade, para uma rede de proteção coletiva e de combate à desinformação.

Em suma, este estudo conclui que a justiça social no território digital para crianças negras depende urgentemente de estratégias que devolvam a elas o direito ao próprio discurso. A Comissão Infantil de Comunicação é a prova de que, quando as crianças são reconhecidas como sujeitas de conhecimento, elas são capazes de transformar percepções em ações concretas de cuidado, alertando sobre perigos e construindo caminhos para uma permanência digital mais ética, segura e, acima de tudo, insurgente contra as estruturas de poder que tentam capturar suas subjetividades. Esse é o nosso caminho.

REFERÊNCIAS

ADULTIZAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E O TRABALHO DE MENORES NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS. Aurum Editora, [S. l.], p. 130–141, 2025. DOI: [10.63330/aurumpub.018-011](https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-011). Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/editora/article/view/493>. Acesso em: 13 fev. 2026.

ARAUJO, Débora Cristina de; DANTAS, Luís Thiago Freire. “**Pra entender o erê tem que tá moleque’: as infâncias de João e Maria, em Lázaro Ramos.**” Verbo de Minas, v. 21, n. 37, 2020. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/verboDeMinas/article/view/2471>. Acesso em: 10 jul. 2025

CRAVEIRO, Pâmela Saunders Uchôa; TOLEDO, Thiago de Freitas; RUCKS, Arthur Germano Nolasco. PESQUISA-AÇÃO COM ADOLESCENTES E JOVENS EM CONTEXTOS EDUCOMUNICATIVOS: reflexões metodológicas a partir de duas experiências de pesquisa. In: **ANAIS DO 33º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 2024, Niterói. Anais eletrônicos..., Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/pesquisa-acao-com-adolescentes-e-jovens-em-contextos-educomunicativos-reflexoes?lang=pt-br> Acesso em: 18 Jan. 2026.

COSTA, Jackeline da. Sanko Family: advocacy sharenting e aquilombamento digital nas práticas digitais de uma família negra. 34º **Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, 10 a 13 jun. 2025. Disponível em: <https://publicacoes.softaliza.com.br/compos2025/article/view/11431/7730> Acesso em: 20 jan. 2026

COLLINS, Patricia Hill. **Bem Mais que Ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

DE MORAIS, Cesar Andre Machado. INTERNET E DESIGUALDADES: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL1 **INTERNET AND INEQUALITIES: AN INTERSECTIONAL APPROACH**. Disponível: <https://apd.org.br/wp-content/uploads/2021/04/16-TEXTO-13-POLIFONIA-7.pdf>

DINO, Luísa Adib; COSTA, Daniela. Uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: dinâmicas e desafios. RE@D – **Revista de Educação a Distância** e eLearning, Lisboa (assumindo que a revista é lisboeta, caso não

informado, pode omitir), v. 4, n. 1, p. 25–41, 05 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34627/vol4iss1pp25-41>. Acesso em: 02 Fev. 2026.

EISENSTEIN, Evelyn. Crianças, adolescentes e a era digital: benefícios e riscos. Revista **Acadêmica Licência&acturas**, Ivoti, RS, v. 11, n. 1, p. 7–14, 2023. DOI: [10.55602/rlic.v11i1.283](https://doi.org/10.55602/rlic.v11i1.283). Disponível em: <https://old.licenciaeacturas.com.br/index.php/licenciaeacturas/article/view/283>. Acesso em: 12 Dez. 2025.

FRAGA, Giulia Andione Rebouças. **Viver e compartilhar: fotografias de crianças no Instagram**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29767>. Acesso em: 20 Nov. 2025

GONZALEZ, Léia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016

LIMA, Gerbson da Silva; BLACK, Taciana Lima de Paula; SILVA, Kalina Vanderlei. **Além do filtro: interseccionalidade e a experiência das adolescentes negras do Recife no Instagram**. Revista Tempo, Espaço e Linguagem - TEL, v. 15, n. 1, p. 110-137, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2177-6644.20240007>. Acesso em: 20 Jan. 2025

MÁXIMO, Thinayna Mendonça. **Público ou privado?: a compreensão de crianças cearenses sobre privacidade online**. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017 Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/31440> Acesso em: 12 Jan. 2026

MOTTA, Nicolas Bárbara Lugon. **(Ciber)identidade e influenciadores digitais – estudo sobre a construção do ‘eu’ no Instagram**. 2025. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação de Coimbra, Coimbra, 02 mar. 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/57465>. Acesso em: 19 Jan. 2026.

NOGUERA, Renato; BARRETO, Marcos. Infância, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. **child.philo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p. 625-644, set. 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-59872018000300625&lng=pt&nrm=iso.. Epub 17-Maio 2019. <https://doi.org/10.12957/childphilo.2018.36200>. Acessos em 12 Jan. 2026

PARRA, Henrique Zoqui Martins; SOUZA, Alana Moraes de. Apresentação do Dossiê – Hegemonia Cibernética, Tecnoextrativismo e Colonialidade: Considerações sobre o Tecnoeno. Mediações: *Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 29, n. 2, e51043, mai.–ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2024v29n2e51043>. Acesso em: 25 Dez. 2025

PAULO, Rodrigo Barbosa de; CASARIN, Helen de Castro Silva; CASTANHA, Rafael Gutierrez; BASTOS, Glória Maria Lourenço. **Racismo e preconceito nas redes sociais digitais: pesquisa com estudantes do ensino médio**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 27, n. 1, p. 1–21, 2022. DOI: [10.5007/1518-2924.2022.e84256](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2022.e84256). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/84256>. Acesso em: 20 Nov. 2025.

RAMOS, Tuany Inoue Pontalti; BROSTOLIN, Marta Regina. **As culturas infantis: construções por meio do brincar**. In: CARVALHO, Janaína Nogueira Maia; https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/5047/1/A_sociologia_da_inf%C3%A2ncia.pdf Acesso em: 02 Jan. 2026

RUCKS, Arthur Germano Nolasco. **Quem “merece” acessar o ensino superior?: o que dizem jovens cuiabanos sobre suas representações nas publicidades do ENEM**. 2025. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Poder) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2025. Disponível em: https://ppgcomufmt.com.br/wp-content/uploads/2025/07/Dissertacao_PPGCOM_FINAL_Arthur_Nolasco.docx_4.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

SAMPAIO, I. V.; PONTE, C. **Relatório técnico da pesquisa TIC Kids Online Brasil-Portugal**. Technical report of the ICT Kids Online Brazil-Portugal Research]. Retrieved from Research Gate: www.researchgate.net/publication/328963769, 2017. Acesso em: 18 Jan. 2025

SANTOS, V. V. de S. .; DINIZ, J. P. V. .; ALMEIDA, M. M. S. de .; SOUZA, S. O. .; ALVES, Ângela G. .; MARTINS, T. L. S. . Uso de telas e os perigos a saúde mental de crianças e adolescentes: revisão integrativa. Revista Recien - **Revista Científica de Enfermagem**, [S. l.], v. 14, n. 42, p. 169–184, 2024. DOI: 10.24276/recien2024.14.42.169184. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/831>. Acesso em: 12 fev. 2026.

SARMENTO, M. J. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In: MARTINS FILHO, A.J. & PRADO, P.D. (org.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SENNE, Fábio et al. Inclusão desigual: uma análise da trajetória das desigualdades de acesso, uso e apropriação da internet no Brasil. Law, State & Telecommunications Review/**Revista de Direito**, Estado e Telecomunicações, v. 12, n. 2, 2020. Disponível em: <https://l1nq.com/ow6a1> Acesso em 20 jan. 2026

SILVA, Danilo Morais da; FERNANDES, Valdir. Ciberespaço, cibercultura e metaverso: a sociedade virtual e território cibernético. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 67, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1962> . Acesso em: 18 ago. 2025.

TEIXEIRA, Kennid; MACHADO, Nealla. CRESCER NA VILA: VIVÊNCIAS E TERRITÓRIOS PARA CRIANÇAS NEGRAS NA PERIFERIA DE VÁRZEA GRANDE. In: **COMPÓS**. 2025. Disponível em: <https://publicacoes.softaliza.com.br/compos2025/article/view/11249> Acesso em 02 fev. 2026

TEODORO, Cristina. Violência sexual na infância: gênero, raça e classe em perspectiva interseccional. **Zero-a-seis**, v. 24, p. 6, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2022.e87381> Acesso em 20 mai. 2025

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-Ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRAPP DE QUEIROZ, Caroline. Considerar a infância: história, interseccionalidade e philia. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 75, p. 291–305, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.64623. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/64623>. Acesso em: 3 Fev. 2026.

TOMÁS, Tayná Wienne. **Eu, criança: pedagogias culturais das infâncias negras**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2023. Disponível em: <https://ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes1/dissertacoes/2023/2023-tayna-wienne-adorno-tomas.pdf> Acesso em 10 Out. 2025

TOMAZ, Renata. Política de segurança no TikTok para “jovens”: sociabilidades reguladas. In: **ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 33., 2024, Niterói. Anais eletrônicos [...]**. Campinas: Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/politica-de-seguranca-no-tik-tok-para-jovens-sociabilidades-reguladas>. Acesso em: 12 fev. 2026

TOMAZ, Renata de Oliveira. Infância e mídia: breve revisão de um campo em disputa. **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 3, p. 272-294, dez. 2016/mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20505/contracampo.v35i3.919>. Acesso em: 02 Fev. 2026